

# Valos, pedras e aramado: os usos das cercas e os primeiros impactos do cercamento dos campos no sul

*Ditches, stones and wire: the uses of fences and the first impacts of field enclosures in southern*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v12i25.54862>

**Graciela Bonassa Garcia**

<https://orcid.org/0000-0002-9045-393X>  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
[gracielabg@yahoo.com.br](mailto:gracielabg@yahoo.com.br)

## Resumo

Este texto analisa os usos das cercas na Campanha rio-grandense, ao sul do Brasil, durante o século XIX. Seu objetivo é pesquisar o estabelecimento de barreiras físicas para a realização de atividades produtivas na região, bem como o processo histórico que incorporou à cerca a função de delimitação da propriedade. Para isso, foram utilizadas fontes como Inventários post-mortem, Despejos, periódicos e relatos de viajantes. Valos, estacas, “cercas vivas” e de pedra foram usadas para viabilizar a agricultura e a pecuária ao longo de todo o período. Gradativamente, a partir da década de 1870, a cerca passou a ser usada também para delimitar a propriedade da terra, processo que tomou fôlego com a introdução do aramado. O ritmo das importações de arame pela província e do cercamento dos campos na Campanha foi acelerado, assim como na Argentina e Uruguai, porém mais tardio. Ele tem início nas duas últimas décadas do século XIX, intensificando conflitos e gerando expropriação de peões, agregados e pequenos produtores rurais.

## Palavras-chave

História Agrária, usos das cercas, cercamentos, Campanha rio-grandense, História do Rio Grande do Sul

## Abstract

This text analyzes the uses of fences in the *Campanha rio-grandense*, in southern Brazil, during the 19th century. Its objective is to research the establishment of physical barriers to carrying out productive activities in the region, as well as the historical process that incorporated the function of property delimitation into the fence. For this, sources such as post-mortem inventories, evictions, periodicals and traveler reports were used. Ditches, stakes, “living fences” and stone fences were used to facilitate agriculture and livestock throughout the period. Gradually, from the 1870s onwards, the fence also began to be used to delimit land ownership, a process that gained momentum with the introduction of wire. The pace of wire imports by the province and the fencing of fields in the Campaign was accelerated, as in Argentina and Uruguay, but later. It began in the last two decades of the 19th century, intensifying conflicts and generating expropriation of *peões*, *agregados* and small rural producers.

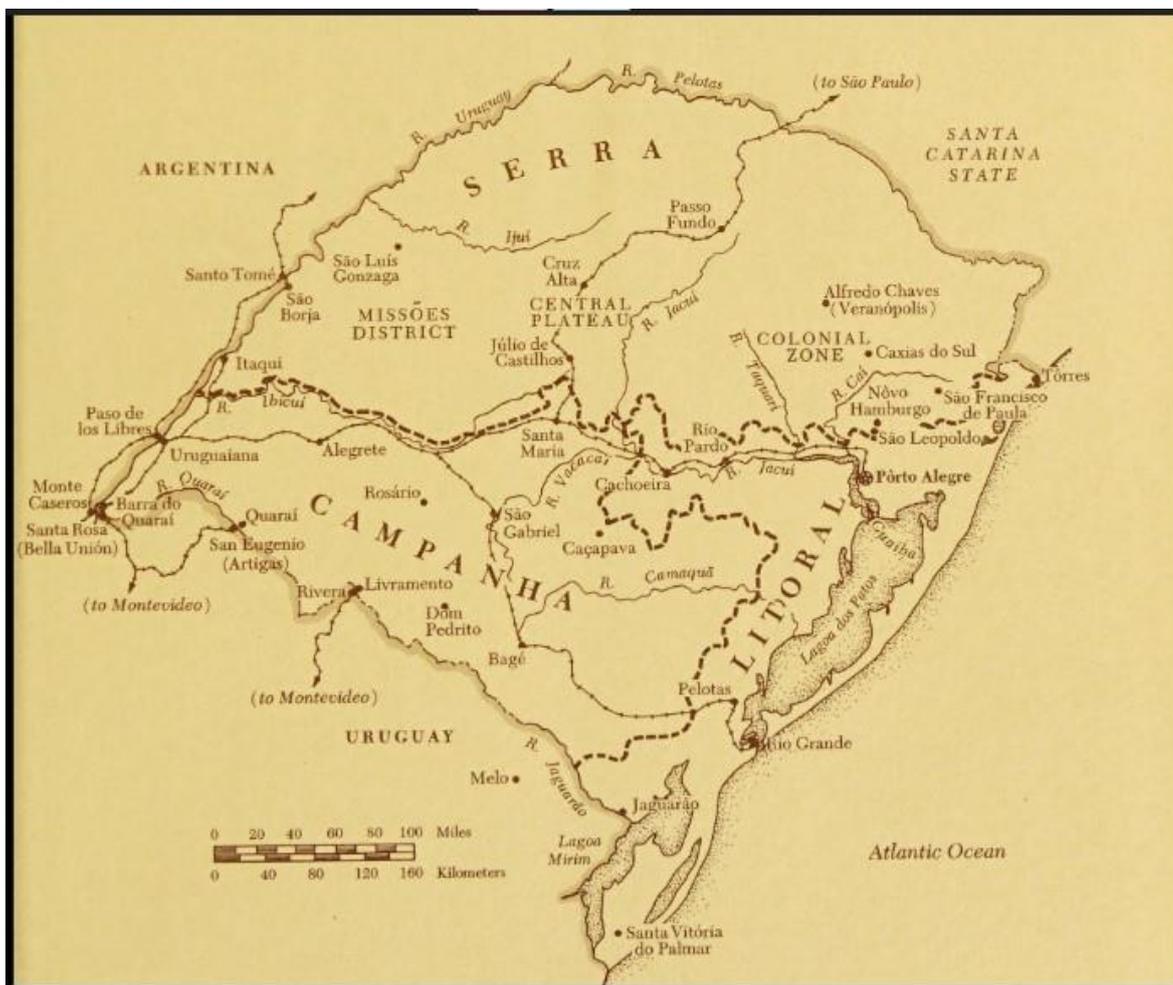
## Keywords

Agrarian History, uses of fences, enclosures, *Campanha rio-grandense*, History of Rio Grande do Sul

## Introdução

Neste trabalho pretendemos desenvolver algumas reflexões sobre os usos da cerca e os primeiros impactos do processo de cercamento dos campos na região da Campanha rio-grandense, localizada na fronteira oeste do atual estado do Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX.

Na combinação entre espaço e tempo se constituiu a Campanha, cuja estrutura agrária se assemelha muito à região platina e carrega especificidades em sua formação histórica e econômica que a diferenciam de outras regiões do próprio estado do Rio Grande do Sul. A Campanha rio-grandense é uma região muito mais de encontro do que de limites com as áreas fronteiriças do Uruguai e Argentina.



Fonte: LOVE, Joseph. **Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930**. Stanford: Stanford University Press, 1971. p. 2.

A Campanha rio-grandense localiza-se na porção brasileira dos pampas sul-americanos, caracterizados por grandes planícies, escassos arbustos e vegetação rasteira. Palco de diversos conflitos entre Espanha e Portugal, os campos pampeanos da Campanha foram incorporados mais tardiamente pela Coroa Portuguesa, em 1801, com a conquista do espaço missioneiro. Nesse momento deu-se início à ocupação da região e, a partir de 1810, foram concedidas as primeiras Cartas de Sesmarias a um pequeno grupo composto por sujeitos considerados merecedores pela Coroa, muitos deles militares.<sup>1</sup> A legislação do período estabelecia um limite de 3 léguas para cada concessão, determinação que não foi respeitada, assim como a exigência de medição e demarcação no período de dois anos.<sup>2</sup> Dessa forma, até a extinção do regime de sesmarias em 1822, imensas áreas de terras, ocupadas ou não, foram concedidas na Campanha rio-grandense, o que deu origem a uma de suas principais características: a concentração fundiária

Nos campos pampeanos da América do Sul há algo que Eric Van Young chama de *espacializações de atividades econômicas*<sup>3</sup>, além de aspectos históricos que se refletem em estruturas sociais semelhantes.

Tardia ocupação, caráter periférico e fronteiriço da colonização, população dispersa e escassa, predomínio do latifúndio pecuário, são expressões geralmente utilizadas por historiadores argentinos, uruguaios e brasileiros para caracterizar seus respectivos territórios nacionais naquela parte (ou todo) pertencente à região geográfica do Rio da Prata no período colonial.<sup>4</sup>

Essa formação histórica semelhante, apontada por Helen Osório, deu origem a estruturas agrárias também similares no século XIX. A Campanha rio-grandense se constituiu como uma região voltada principalmente para a pecuária extensiva. Além da criação de grandes rebanhos em grandes estabelecimen-

---

<sup>1</sup> OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino. Porto Alegre, 1990. p. 215.

<sup>2</sup> 3 léguas de terras são equivalentes a 13.068 hectares. Sobre a legislação que estabelecia o processo de concessões de sesmarias ver: VARELA, Laura Beck. Das Sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

<sup>3</sup> YOUNG, Eric Van. Haciendo historia regional. Consideraciones metodológicas y teóricas, Anuario del IEHS/Tandil [Argentina], No. 2 [1987], 255-282.

<sup>4</sup> OSÓRIO, Helen, op. cit., p. 19.

tos, a produção agrícola e a marcada presença de pequenos produtores também compunham a estrutura agrária da região.<sup>5</sup> Todas essas características aproximavam e integravam à região platina. Por outro lado, as especificidades regionais determinaram a forma e ritmo de diversos processos históricos ao longo do tempo, o que inclui os usos da cerca e a introdução do alambrado, por exemplo.

Os trabalhos dedicados ao processo de cercamento dos campos e usos da cerca, do mesmo modo que no Brasil, não são abundantes na Argentina e Uruguai. Porém, as obras pioneiras de Noel Sbarra (1955), na historiografia argentina, e Barrán e Nahum (1968), na uruguaia, permitem tecer algumas análises comparativas com a Campanha, o que fizemos sempre que possível.

Quanto ao recorte temporal da pesquisa, abordaremos os usos da cerca e os primeiros passos do cercamento dos campos na região ao longo do século XIX. Em função da própria formação histórica da Campanha e da natureza de produção e disponibilidade de fontes primárias, se fez necessária alguma maleabilidade. Há menos fontes disponíveis para analisarmos o início do período, incorporamos o que nos foi possível em análise qualitativa. Por outro lado, algumas importantes questões referentes ao final do século XIX são tomadas de maior sentido a partir de breve diálogo com os primeiros anos do século XX. Assim, em alguns momentos as margens temporais foram flexibilizadas.

Para fins deste trabalho partiremos da análise de algumas fontes primárias, tais como processos judiciais de Despejo, Medições e Ações Possessórias, Inventários *post-mortem*, periódicos e os Relatórios de Presidentes de Província do Rio Grande do Sul. Cabem aqui alguns esclarecimentos sobre a metodologia aplicada ao levantamento de fontes, seus usos e manejos. Em relação aos periódicos, foram realizadas buscas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional considerando apenas as publicações do Rio Grande do Sul no período. O mesmo foi aplicado sobre os Relatórios de Presidentes de Província. Para análise quantitativa o conjunto de inventários *post-mortem* analisados exclui os processos urbanos.<sup>6</sup>

---

5 Sobre a significativa presença de pequenos produtores na região, muitos não possuidores de terras, ver: GARCIA, Graciela Bonassa. O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

6 Sobre essa amostragem cabem esclarecimentos: a) Foram considerados apenas os inventários relacionados a estabelecimentos rurais, o que inclui chácaras localizadas nos arredores da cidade; b) Entre os rurais, excluímos alguns que foram interrompidos antes da descrição dos bens; c) em função do grande número de inventários referentes às décadas de 1870 e 1880, selecionamos os produzidos nos anos pares. Com base nesse critério, para análise quantitativa utilizamos 45 processos produzidos na

Para a realização da pesquisa em processos judiciais, definimos como recorte administrativo o município de Alegrete, que abarcava grande parte da Campanha Rio-grandense no período. Seu território permaneceu praticamente constante desde sua fundação (1831) até o final do século XIX, sofrendo apenas dois desmembramentos na segunda metade dos oitocentos, que deram origem aos municípios de Rosário do Sul e Quaraí, a documentação judicial desses dois municípios foi incorporada à análise. Serão utilizados também os relatos de viajantes que estiveram na Província do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX: Arsène Isabelle e Auguste de Saint-Hilaire.

O ponto de partida desse texto, necessariamente, é indicar que o processo de cercamento dos campos e o ato de erguer cercas são distintos e ocorrem também de diferentes formas no espaço e no tempo. Tanto no Brasil, quando no Uruguai e na Argentina, essa distinção aparece de forma muito clara. Iniciar a exposição desse modo se faz necessário na medida em que, quando falamos em “cercar campos”, há uma tendência de logo pensarmos no clássico caso inglês, abordado por diversos autores, cuja obra de E. P. Thompson<sup>7</sup> é emblemática.<sup>8</sup>

Não há uma relação necessária, portanto, entre o ato de erguer cercas, a apropriação e a expropriação da terra. É a partir dessa aparente obviedade que se dá início ao presente texto: a cerca surge antes da propriedade privada da terra, do mesmo modo que estabelecer a propriedade sobre os campos e rebanhos nem sempre dependeu de estabelecimentos cercados para o reconhecimento entre as partes. Exemplo disso é a prática de marcar o gado, definidora de propriedade sobre os rebanhos, e a referência a acidentes naturais ou cursos de água como delimitação de propriedade da terra.

A menção ao cercamento dos campos, neste trabalho, se refere ao ato de erguer cercas – independentemente de pedras ou aramados – no perímetro dos estabelecimentos rurais com o objetivo específico de delimitação da propriedade da terra. O processo de cercamento dos campos é um desdobramento e

---

década de 1830, 98 e 167 referentes às décadas de 1870 e 1880, respectivamente. Os demais foram incluídos nas análises qualitativas. Quanto aos demais processos judiciais, temos 44 Despejos, 76 Ações Possessórias e 49 Medições. Esta documentação está sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERGS.

<sup>7</sup> THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>8</sup> Segundo Rosa Congost, o modelo explicativo desenvolvido pelos historiadores britânicos, em especial E. P. Thompson, foi apropriado indevidamente como principal chave de leitura para o processo de cercamento dos campos em outras regiões e, com isso, “se han infiltrado argumentos que no han estado demostrado historicamente”. CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, história: estudios sobre “la gran obra da propiedad”*. Barcelona: Editora Crítica, 2007, p. 220.

dá potência ao processo de mercantilização da terra que está em andamento na Campanha rio-grandense oitocentista.<sup>9</sup> Ele gerou conflitos fundiários e alterou muito a estrutura agrária da Campanha rio-grandense, como veremos.

O ato de erguer cercas é, portanto, muito anterior à concepção moderna de propriedade da terra, ele foi fundamental para viabilizar a produção. Sempre que as barreiras naturais como rios, sangas e banhados não foram suficientes para garantir a simultaneidade do cultivo com a pecuária, os produtores ergueram limites físicos como cercas de madeira ou pedras, *vallos*<sup>10</sup>, estacas ou arbustos espinhosos para evitar que os animais invadissem suas hortas ou lavouras.

As cercas, além de possibilitarem a realização simultânea da agricultura e da pecuária em um mesmo estabelecimento, desempenhavam um papel muito importante no manejo do rebanho. As mangueiras, currais utilizados nas atividades cotidianas da pecuária e nos trabalhos sazonais, como marcações e castrações, eram estruturas importantes na criação de gado, do mesmo modo que as internadas, espaços de engorda em áreas de pastagens e controle do rebanho. Em uma região onde a pecuária ocupava um papel tão importante, a cerca era fundamental.

Na década de 1870 as importações de arame pela província passam a ser noticiados nos periódicos, momento em que o aramado passa a se difundir pelos campos da Campanha rio-grandense. Porém, a introdução não gerou a substituição generalizada dos materiais usados tradicionalmente, como valos, plantas, madeiras e pedras. Isso ocorre porque a eficiência de uma cerca está condicionada às especificidades de cada atividade produtiva e porque o arame não era acessível a todos. Diferente das formas tradicionais usadas até então, o aramado não era capaz de impedir o acesso de pequenos animais aos roçados como o *valo*, por exemplo. Porém, era mais resistente ao avanço de grandes animais do que as estacas. Por conta disso, sua incorporação para fins produtivos ficou condicionado às necessidades de cada estabelecimento e, antes de tudo, às possibilidades financeiras dos produtores.

---

9 GARCIA, Graciela Bonassa. O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

10 Grosso modo um vallo era um fosso cavado no chão, que variava em altura e profundidade, construído em torno das plantações. No Uruguai e Argentina essa mesma estrutura era chamada de zanja, como desenvolveremos adiante.

O cercamento dos campos, portanto, não teve início com a chegada dos primeiros rolos de arame na província. Cercas, marcos de pedra e acordos em comum já definiam, mesmo que de forma incipiente e imprecisa, os limites entre as propriedades. Mas é inegável o papel da disseminação do aramado na potencialização de um processo onde os campos começam a ser medidos e demarcados com maior frequência. A construção ou rompimento de cercas de arame também geraram litígios em torno do acesso à recursos naturais, como matos e água.

A introdução do aramado em um estabelecimento rural, na medida em que exigia desembolso monetário e acesso ao mercado, excluía grande parte dos pequenos produtores. Poucos foram os habitantes da campanha que ocuparam o papel daqueles que ergueram o alambrado, muitos foram os expropriados em função do cercamento dos campos. Para os peões o cercamento foi a “desocupación”, o alambramento reduzia a necessidade de mão de obra e também a necessidade de *posteiros* no perímetro das estâncias. Às numerosas famílias que viviam em terras alheias, ditos *arranchados*, a introdução do aramado foi desastrosa. Esse processo, portanto, teve consequências diretas sobre as possibilidades de trabalho e acesso à terra por parte das camadas mais pobres da população rural da Campanha, assim como na Argentina e Uruguai.

Após esse breve apresentação e, na medida em que nosso objetivo é problematizar o ato de cercar, abordaremos então essa prática a partir de duas motivações: a viabilização da produção, ao longo de todo período analisado, e a delimitação da propriedade, nas décadas finais do século XIX.<sup>11</sup> Como veremos na sequência, a cerca foi um elemento central naquela sociedade e, na medida em que estabeleceu limites precisos, também gerou muitos conflitos.

O texto está dividido, basicamente, em quatro partes. Na primeira abordamos as cercas primitivas, cujo uso para viabilizar a realização concomitante da agricultura e da pecuária foi fundamental na Campanha rio-grandense, assim como no Uruguai e na Argentina. Na segunda parte dedicaremos algumas páginas às cercas de pedra por entendermos que elas carregam algumas especificidades em relação às anteriores e ao aramado que exigem uma abordagem mais detida. Em seguida abordaremos o processo de introdução do

---

<sup>11</sup> Como veremos ao longo do texto, não realizaremos aqui um debate teórico sobre direitos de propriedade, esse é um debate muito complexo que merece ser desenvolvido de forma adequada, o que não seria possível aqui.

aramé através das relações comerciais que o envolveram e os primeiros registros de aramados nos processos judiciais da Campanha rio-grandense, bem como nos periódicos da província. Por último, abordaremos os primeiros impactos do cercamento dos campos na Campanha, os conflitos decorrentes de uma definição mais precisa de limites entre os estabelecimentos e o processo que Barran e Nahum chamaram de “desocupación tecnológica”<sup>12</sup> sobre os habitantes da Campanha, as consequências sociais e econômicas do cercamento dos campos na região.

Este é o resultado parcial de uma pesquisa em andamento.

## Valos, espinhos e madeira: viabilizar a produção

O desenvolvimento concomitante da agricultura e da pecuária, em um mesmo estabelecimento, exige estruturas que mantenham os animais, de pequeno ou grande porte, distantes das pequenas hortas, arvoredos frutíferos ou lavouras. Mesmo em um estabelecimento onde as plantações não fossem voltadas ao comércio, a agricultura era necessária para garantir a alimentação das famílias, escravaria e demais trabalhadores na Campanha rio-grandense. Os dados dos inventários *post-mortem* analisados, em especial na descrição de bens, sugerem que os alimentos consumidos em um estabelecimento eram produzidos por ele e complementados através do excedente produzido por estabelecimentos vizinhos. Podemos presumir que as trocas por equivalência em valores ou baseadas em relações de reciprocidade tenham garantido a alguns estabelecimentos o que sobrava nos demais.

Juntamente com os bens, nos inventários eram arrolados também as dívidas e anexados seus comprovantes. As contas de alguns *bolichos*, pequenas casas de secos e molhados localizados na zona rural da Campanha, sugerem que os moradores da região não dependiam deles para garantir sua alimentação. Nos *bolichos*, mais comumente eram comprados tecidos, botões, velas e alguma porção de erva-mate (produto do extrativismo na região norte da província).<sup>13</sup> Juntamente com rebanhos, terras e escravos, nos inventários *post-*

---

<sup>12</sup> BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamín. Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967. p. 557.

<sup>13</sup> GARCIA, Graciela. Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da Campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). Niterói: UFF, 2010.

*mortem* do período eram arroladas “lavouras”, “plantações”, “arvoredos frutíferos”, em especial laranjeiras, e algumas “plantações por colher”. A realização da agricultura e a criação de gado em um mesmo estabelecimento é inegavelmente constituinte da estrutura agrária da região, assim como na Campanha bonaerense e no Uruguai, conforme as obras de Juan Garavaglia e Jorge Gelman<sup>14</sup>, respectivamente, e no Rio Grande do Sul colonial, analisado por Helen Osório.<sup>15</sup>

Para colher, vender, trocar e comer era necessária a cerca. Quase naturalizada nas paisagens, surge muito antes do cercamento dos campos e de sua função como delimitação da propriedade. Necessária, fundamental, muitas vezes reconhecida como um bem em si, deixou diversos registros documentais e não passou despercebida aos viajantes que percorreram a Campanha no século XIX. Com base nestas fontes primárias podemos tecer algumas reflexões sobre a cerca, suas características e usos ao longo do século, bem como algumas relações comparativas com os espaços do Uruguai e Argentina.

Ao tratarem do período anterior à introdução do alambrado no Uruguai, o que chamam de “Prehistoria del cercamiento”, Barrán e Nahum afirmam que

Los primeros cercados artificiales de que tenemos noticia en nuestro país fueran criados por agricultores. Em la época colonial, uno de sus principales problemas era el de proteger las sementeras contra la invasión de los ganados que los estancieros dejaban vagar, sueltos por los ejidos de los pueblos.<sup>16</sup>

Segundo Noel Sbarra, em obra pioneira “Historia del Alambrado em la Argentina” publicada originalmente em 1955, neste país “cuando era menester cercar artificialmente una heredad, el modo más primitivo y rudimentario de hacerlo consistía em construir una *zanja*<sup>17</sup> em su derredor”.<sup>18</sup> O autor aponta que há registros dessa prática já em 1705, se estendendo ao longo de

---

14 GARAVAGLIA, Juan Carlos. Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830). Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999; GELMAN, Jorge. Campesinos y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

15 OSÓRIO, Helen, op. cit.

16 BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamín. Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967, p. 525

17 Zanja. f.ad. Corte, surco o hendedura producida em la tierra por una corriente continua de agua. BERMUDEZ, Washington y BERMUDEZ, Sergio W. Lenguaje del Río de la Plata. Academia Nacional de Letras del Uruguay. Disponível em: <https://bermudez.mec.gub.uy/>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

18 SBARRA, Noel. Historia del alambrado em la Argentina. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2008, p. 16.

todo o século XVIII<sup>19</sup> e grande parte do XIX. O autor também faz referência à combinação “cercos vivos con espinas”:

Otras veces los cercos vivos plantas espinosas y enmarañadas fueran el valladar puesto en torno de las chacras, quintas y huertos. Hacer un “cerco vivo” requería, sin duda, mayor tempo y más trabajo que cavar una simples zanja, pero se obtenía luego un obstáculo más firme y duradero.<sup>20</sup>

Barrán e Nahum também indicaram que eram, no Uruguai, “las tres clases de cercos que se empleaban en los predios agrícolas: la zanja, el cerco seco o muerto y el cerco vivo”.<sup>21</sup> Modesto Cluzeau Mortet, em 1877, pondera as vantagens e desvantagens da *zanja* e da cerca viva. “La zanja, en tierras anegadizas o empapadas naturalmente, son de mucha utilidad, ellas sirven de sangradero y desagüe”, porém “solas, como cercados, son deficientes”. Já o cerco vivo “se fuerma con vegetales cuyas hojas pueden ser anuales o perenes. Su formación algo lenta viene a ser compensada por los notables ventajas que brinda al labrador”.<sup>22</sup>

Do mesmo modo que nas regiões analisadas por Sbarra e Barrán e Nahum, também no Rio Grande do Sul foram utilizadas, antes da cerca de arame, formas primitivas de barreiras como os *vallos*, arbustos espinhosos, cercas de madeira e de pedra. Essas barreiras separavam as práticas agrícolas das pecuárias e também garantiam algum manejo mais controlado do gado e evitavam sua dispersão.<sup>23</sup>

Entre 1820 e 1821 o botânico e viajante francês Auguste de Sant-Hilaire percorreu a província do Rio Grande de São Pedro e não deixou de observar a necessidade de cercar as plantações para protegê-las do avanço dos animais:

---

19 Segundo Sbarra, em carta ao Vice-rei do Rio da Prata Antonio Olaguer y Feliú, o cabildante da Villa de Luján relatou em 1797 que “para precaver daños tan considerables mandamos que los que sembrasen en terrenos de estancia, los hiciesen previamente debajo de cerco y zanja, único modo de conciliar los intereses de Labrador y Hasendade a um tempo. De modo que la Agricultura producirá utilidades mucho más vantajosas y seguras, cesarían las escandalosas discórdias, riñas y aun mortes que se han experimentado, sucedido em su lugar la paz y la tranquilidad”. Op. cit., p. 17. Grifos nossos.

20 SBARRA, Noel, op. cit, p. 23.

21 Idem.

22 MORTET, Modesto Cluzeau. Revista de la Asociación Rural del Uruguay, 1 mayo 1877, nº9, p. 149-150. Apud: BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamín. Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967. P. 525-526.

23 Em direção ao último quartel do século XIX a cerca de pedra passa ser adotada, na Campanha, como referência aos limites de um estabelecimento, como veremos adiante.

Devido ao gado que se deixa errar livremente nos campos, há necessidade de cercar todas as culturas. Cava-se em redor um fosso profundo; do lado das plantações, moitas de verdura, à semelhança de pequenos muros que, de ambos os lados, descem em talude, feitas com grande cuidado; entre essas moitas plantam-se cactáceas e bromeliáceas de enormes folhas espinhosas, que se mostram em largas rosetas; e, ainda que estes vegetais cresçam pouco, formam espécies de sebes muito difíceis de transpor.<sup>24</sup>

Saint-Hilaire registrou a existência de muitas cercas na zona rural da província no breve período que a percorreu. Em seus relatos registrou também sua diversidade: “fossos”, “tapumes secos”, “cercados”, “cercas de estacas”, “cercas” e “muros” e a combinação entre diferentes materiais na construção de uma mesma cerca, mais comumente entre *vallos* e plantas espinhosas: “um laranjal, carregado de magníficos frutos, e nas vizinhanças veem-se, em geral, plantações de mandioca, cercadas por um fosso profundo, e limitadas internamente por uma sebe de cactos”<sup>25</sup>; “um pomar cercado de valas profundas, protegidas por um renque de bromeliáceas”<sup>26</sup>; “um pomar rodeado de fossos e mimosos espinheiros, atualmente desprovidos de folhas”.<sup>27</sup> Além dessas formas combinadas, observou também o que podemos chamar de “cercas-vivas”, sem nenhum outro material além de arbustos espinhosos ou cactos plantados muito próximos um dos outros: “um jardim cercado de cactos ou agaves”<sup>28</sup>, “currais muito bonitos, formados de butiazeiros plantados em redor”.

O viajante registrou que “no quintal de todas as estâncias por onde passamos, notei muitos pés de sabugueiros (...). Fazem-se cercados com eles, devido à rapidez com que se desenvolvem”. Também observou “pequenas casas, e nos arredores destas, campos protegidos do gado por fossos profundos, cercados do lado oposto por uma sebe de cactos”. No município de Pelotas, se surpreendeu com alguns materiais singulares utilizados: “Algumas cercas são feitas de tufo de ervas, outras com crânios de bois, munidos de chifres, e comprimidos uns contra os outros”.<sup>29</sup>

O também francês Arsène Isabelle, em sua Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul, esteve na província na década de 1830 e, ao passar por São

---

24 SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 133.

25 Idem, p. 49, grifos nossos.

26 Idem, p. 113.

27 Idem, p. 112.

28 Idem, p. 209.

29 Idem, p. 113.

Borja, na Campanha, registrou que “à medida que subíamos, íamos descobrindo, diante de nós, bosques, laranjais, chácaras cercadas de fossos enfeitados de bromélias”<sup>30</sup>, a combinação entre arbustos com espinhos e valos identificada por Saint-Hilaire na década anterior. Ao transitar entre os países, o viajante encontrou uma semelhança entre o que observou no sul do Brasil e o que presenciou em Buenos Aires, “onde chacras são protegidas por largos fossos plantados de agaves de folhas longas, carnudas e picantes”.<sup>31</sup> Os “fossos” de Arsène e Saint-Hilaire eram as *zanjas* de Sbarra na Argentina, as de Barrán e Nahum no Uruguai e os *vallos* dos processos judiciais da Campanha.

A ineficiência das *zanjas*, sozinhas, apontada por Mortet em sua análise sobre o Uruguai, talvez explique sua combinação com plantas, em especial bromélias, como descreveram os viajantes franceses. Os “fossos enfeitados de bromélias” que chamaram a atenção de Arsène talvez fossem cercas formadas por valos com caraguatás, uma espécie de bromélia muito comum na Campanha rio-grandense.

Também localizamos referências a estes tipos de cercas nos processos judiciais analisados, ao longo do século XIX. Não são tão ricos em detalhes como as fontes apresentadas até aqui, mas citam as cercas recorrentemente e as informações que trazem convergem com os apontamentos realizados pelos franceses e com as obras de Noel Sbarra sobre a Argentina e Barrán y Nahum, sobre o Uruguai.<sup>32</sup>

No inventário *post-mortem* de Francisco de Souza<sup>33</sup>, de 1834, a declaração de enxadas, um pilão, arados e foices indica a realização de práticas agrícolas. No estabelecimento também eram criados vários animais, bovinos, equinos e ovinos, o que exigiu a construção de algumas estruturas registradas no processo: “valos, cercados, curraes”.

José Flores, réu em um processo de despejo de 1859 tentou garantir a posse de sua terra dizendo que “já acerca de seis mezes que fundou seu estabelecimento edificando a casa para a sua moradia e um cercado vallado onde já

---

30 ISABELLE, Arsène. Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006, p. 194

31 Idem, p. 88.

32 SBARRA, Noel. Historia del alambrado em la Argentina. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2008; BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamín. Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

33 Inventário post-mortem 24, mç 2, 1834, Alegrete. APERGS

plantou não pequeno numero de arvores fructíferas”.<sup>34</sup> Aqui, na chácara de José Flores, também encontramos os valos protegendo a produção agrícola, do mesmo modo que Francisco de Souza fizera há mais de duas décadas, no mesmo município.

Em 1875, Maria Quintiliana de Oliveira arrendou a um de seus filhos uma “chacara (...) sobre um galho do Arroio Saicam, com arvoredos frutíferos de varias especies, cuja chacara é feixada com vallas e cercas de madeira”.<sup>35</sup> Maria tinha “fechado” sua chácara, ou seja, cercado todo o seu perímetro, parcialmente limitado por um afluente do arroio Saicam. Com cercas de madeira e valos buscou evitar que suas 50 ovelhas se extraviassem e também proteger seus 80 pés de laranjeiras dos animais.

No ano de 1864, o Capitão José Pinto de Oliveira mandou erguer “um vallo e uma plantação” em terras dos herdeiros de Dona Maria Joaquina da Silva, na localidade de Paipasso, em Alegrete. Em meio ao litígio os autores pedem o embargo da obra: “valos e terras lavradas, bem como um rancho que se está fazendo”, e dão detalhes:

(...) com 82 braças de valo, de extensão, com 4 palmos de fundo, e 5 de boca, e terra lavrada com a largura de 28 braças e 63 de comprimento, e um rancho coberto de palha, estando já metade barriado e feito com nove esteios.<sup>36</sup>

Temos, nesse caso, um valo com 18 metros de extensão, aproximadamente um metro de largura e um metro de profundidade.<sup>37</sup> A terra ainda estava sendo lavrada, o valo estava em construção. O processo também traz uma informação muito importante: a mão de obra utilizada na construção. Christovao, Andre e Juvencio, livres, ao lado de Manoel e Antonio, escravizados, trabalhavam na estrutura necessária para a plantação. Essa situação não gerou estranhamentos entre os envolvidos na disputa judicial, pelo menos não a ponto de entenderem ser digno de nota.

---

34 Processo de Despejo 2156, mç 70, 1859, Alegrete. APERGS

35 Processo de Despejo 2161, mç 70, 1875, Alegrete. APERGS

36 Autos Cíveis de Nunciação de Obra Nova. Processo 627, maço 29, Alegrete. APERGS.

37 Tabela usada para conversão disponível em: Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, 1898. p. 34. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=15424> Acesso em 14/04/2024

Em 1883, Bento Teixeira da Silva ingressou com um Processo de Despejo em função da existência de um dito intruso em suas terras e o Juiz lhe deu ganho de causa. Desse modo, dirigiram-se os oficiais de justiça até o local e demoliram “um rancho e parte de outro, e um curral, e parte de uma *cerca de fachina* que ocupavam parte dos terrenos de Bento Teixeira da Silva”.<sup>38</sup> Uma *cerca de fachina* é, grosso modo, uma barreira composta por estacas de madeira muito próximas umas das outras, algumas vezes entrelaçadas.<sup>39</sup>

Pelo exposto até aqui podemos perceber o fôlego, ao longo do século XIX, do uso dessas primitivas formas de cerca. Assim como na Argentina, analisada por Sbarra, na Campanha também “*en el principio fue la zanja*”.<sup>40</sup> Para este tipo de estrutura são necessários, além da mão de obra, alguns poucos instrumentos simples e de baixo custo como pás, enxadas e alavancas, instrumentos recorrentes nos inventários, mesmo entre os mais pobres, e materiais de fácil acesso, disponíveis a todas as camadas sociais.

Se, por um lado, as referências a cercas de pedra nos processos judiciais são tão antigas quanto as cercas construídas com outros materiais, elas se diferem das demais pela perenidade. Ainda hoje as cercas de pedra compõem a paisagem da Campanha, não raramente é possível avistá-las desenhando os campos da região.<sup>41</sup>

Os usos das cercas de pedra e sua evolução ao longo do tempo são muitas vezes ambíguos e de difícil apreensão. Quando as referências a elas trazem informações complementares, relacionadas à agricultura ou pecuária, facilmente identificamos seu uso para a produção. Porém, quando descritas ou representadas de forma linear, podem cumprir tanto funções ligadas às atividades produtivas quanto de delimitação de propriedade. Por isso a referência à sua ambiguidade. Além disso, uma mesma estrutura material pode ter cumprido diferentes funções ao longo do tempo, primeiramente para evitar a dispersão dos rebanhos e, décadas depois, para definir a propriedade sobre a terra. Por tudo isso, as cercas de pedra merecem uma análise à parte em função de suas especificidades.

---

38 Processo de Despejo 602, mç 18, 1883, Quaraí. APERGS

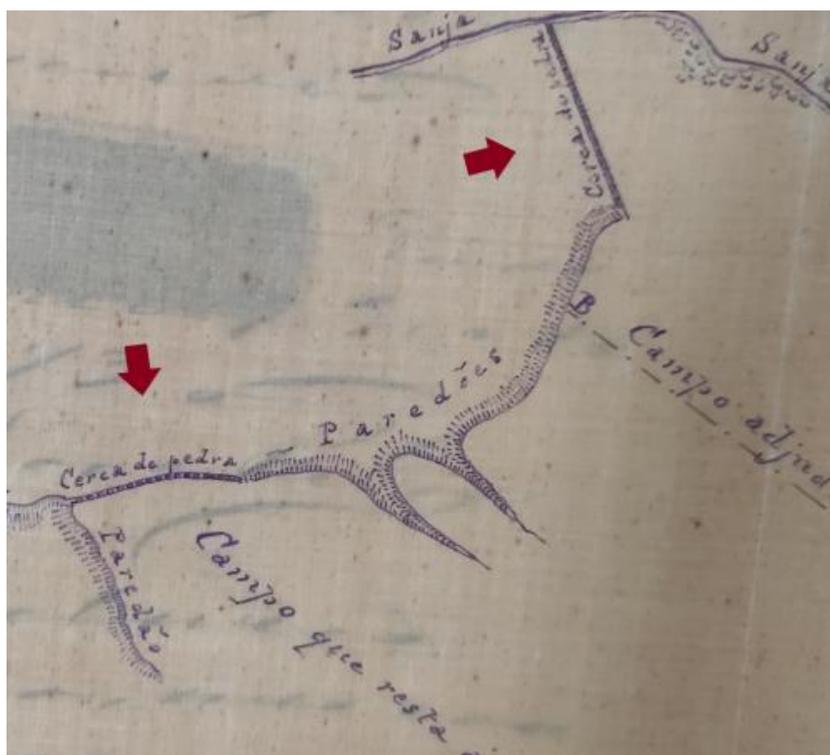
39 Ver imagem 1 ao final do texto.

40 SBARRA, Noel, op. cit, p. 16.

41 Ver imagem 2 ao final do texto.

## As cercas de pedra e seus usos no tempo

Muitos inventários se referem a *cercados*<sup>42</sup> de pedra, termo que remete à agricultura, e mangueiras e currais, termos que remetem à pecuária. Nos Processos de Despejos e Ações Possessórias há muitas referências a essas estruturas como indicação de localização ou mesmo como motivações de conflitos em si, uma vez que sua construção era ato possessório. Além desse tipo de construções, do mesmo modo aparecem referências a “cercas de pedra”. No caso das Medições, os autores dos mapas anexados aos processos algumas vezes registraram sua existência nas plantas dos estabelecimentos. No caso ao lado, foram construídas cercas de pedra para complementar o perímetro dos campos onde não existiam barreiras naturais.



Cercas de Pedra – detalhe da Planta do campo de Maria V. da Conceição (1873). Fonte: Medição 546, maço 15, 1873. Alegrete. Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul

42 A referência a “um cercado” nos processos invariavelmente se refere a algum tipo de plantação protegida por cercas, um “cercado com árvores frutíferas”, por exemplo. Assim, um cercado pode ser entendido aqui como sinônimo de uma plantação protegida por uma cerca.

Nos inventários o registro ocorre já no momento da descrição dos bens, etapa anterior à sua avaliação. Era relevante, na definição do valor de um estabelecimento, ele possuir cercas de pedra ou não. No inventário de Maria Joaquina da Silva, por exemplo, de 1839, a presença de um numeroso rebanho de gado e também de instrumentos como machados, enxadas e foices indica a prática simultânea da agricultura e da pecuária. Seu estabelecimento possuía “cercas de pedra, um pequeno cercado e dois currais”. Apesar de avaliadas em conjunto como benfeitorias entre os “bens de raiz”, algumas vezes as cercas de pedra foram assim descritas, em separado do cercado e dos currais, o que pode indicar seu formato linear.

No inventário de Paula Francisca da Silva, de 1839, e as cercas de pedra foram descritas e avaliadas em separado, algo muito raro, com informação de seu preço e extensão, o que nos permite ter uma ideia de seu custo no período, comparado com o de outros bens do estabelecimento. Paula legou a seus herdeiros diversos bens, entre eles “hua cerca de pedra com oitenta braças mais ou menos, a \$400 reis a braça”<sup>43</sup>, o valor de uma cabeça de ovelha no mesmo inventário. A cerca de pedra valia 32\$000 réis, o que não onerava o estabelecimento que possuía 5.500 reses de criar a 1\$600 reis a cabeça.

Os bens de raiz na década de 1830, em Alegrete, valiam muito pouco se comparados aos rebanhos, comprometiam 26% do patrimônio produtivo dos estabelecimentos, proporção que se inverte na década de 1870, quando terras e benfeitorias passam a representar, em média, 65% dos patrimônios rurais.<sup>44</sup> Como veremos adiante, o valor da braça da cerca de pedra é maior no final do século XIX, então é possível supor que o valor das cercas tenha acompanhado o valor da terra, com a qual era quase sempre avaliada em conjunto.

A extensão das cercas de pedra era muito variável. Na década de 1830, o inventário de Camila de Jesus registrou “uma sesmaria de campo na fazenda denominada Durasnal, com quatro mil e quinhentas braças de cerca de pedra emtrando os curraes”. Mesmo incluindo as divisões internas para manejo do gado, os currais, era uma estrutura de pedra de aproximadamente 9 km. Significa dizer que as estruturas de pedra para manejo do gado ou contenção

---

43 Inventário post-mortem 55, mç. 4, 1838, Alegrete. APERGS

44 Sobre a evolução dos preços e da composição dos patrimônios produtivos na região, ver: GARCIA, Graciela Bonassa. O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

do rebanho, a depender das condições econômicas do estabelecimento e dimensão de seu rebanho, poderiam ser muito extensas já na década de 1830.

Assim, apesar de terem sido utilizadas para limitar o acesso dos animais às plantações, as referências às cercas de pedra sugerem que, para fins produtivos, elas foram usadas principalmente para o manejo do gado. Para engorda e domesticação dos animais, os produtores costumavam estabelecer as *invernadas* em áreas contornadas, o máximo possível, por cursos de água, no geral encontros de rios com arroios. O perímetro não contemplado por eles precisava ser complementado por cercas que, para este fim, costumavam ser de pedra. Do mesmo modo, as cercas de pedra foram usadas para a construção de *mangueiras* ou *currais*, onde, entre outras coisas, o gado bovino era castrado e marcado e eram manejadas as vacas leiteiras. Essas estruturas também eram fundamentais para as práticas de domesticação dos animais.

As referências a cercas de pedra não se restringem às décadas iniciais do século, encontramos muitas delas ao longo de todo o século XIX. Em 1880, Anna Alves, deixou para seus filhos “uma mangueira e um cercado de pedra com pés de pessegueiros”.<sup>45</sup> No mesmo ano, Rogério de Freitas legou a seus filhos “um campo em Caverá 1º distrito de Alegrete, fechado com cerca de pedra, casa de moradia e mais benfeitorias”.<sup>46</sup>

Os registros de cercas de pedra nos inventários *post-mortem*, ao longo do período analisado, nos permitem perceber a sua permanência e frequência, mas essas referências carregam muita ambiguidade em relação aos usos das cercas de pedra registradas. Somente através dos inventários a razão de ser de uma cerca nos escapa. Porém, quando a construção de uma cerca de pedra gera um litígio judicial, seu uso para fins de delimitação do estabelecimento é muito evidente, e isso foi comum.

O processo a seguir é bastante interessante por dois motivos: ele demonstra a razão de ser de uma cerca de pedra e, acima de tudo, nos indica que já é possível localizar um caso de cercamento de campos no início da década de 1870 na Campanha rio-grandense.

Os herdeiros do Tenente Pedro Corrêa da Camara mantiveram os campos legados em comum. Ao que tudo indica havia um acordo entre os herdeiros de manter os campos do finado Tenente indivisos, mas Luiz Correa decidiu

---

45 Inventário post-mortem 446, maço 35, 1880, Alegrete. APERGS

46 Inventário post-mortem 106, maço 4, 1880, Alegrete. APERGS

cercar o que entendia ser a sua parte, rompendo o consenso entre seus pares, o que gerou um processo judicial. Segundo os demais,

sendo senhores e possuidores de umas partes de campo no inventario do finado Tenente Pedro José Corrêa da Camara, cuja sesmaria dividida naquelle inventario por diversos herdeiros, athe o presente não foi medida judicialmente, e por consequencia, menos demarcados os diversos quinhões hereditarios; succede que, o comproprietario Luiz Correa da Camara, em principios do corrente mes, **fez edificar uma cêrca de pedra (...) para separar o seu quinhão**, isto arbitrariamente, sem a menor satisfação aos mesmos interessados. E como os Supplicantes, com semelhante procedimento, soffrem grave prejuizo.<sup>47</sup>

Era um momento de transição, a concepção de propriedade da terra e sua relação com o cercamento dos campos era bastante diversificada. Luiz Correa decidiu que era a hora de separar seu quinhão dos demais através de uma cerca de pedra, em 1873. O que pareceu ilegítimo e ofensivo aos demais herdeiros.

Neste momento de transformações, a estrutura dos estabelecimentos rurais reflete os processos de transições econômicas e tecnológicas do período. Luis Alves de Medeiros legou aos seu filhos

Um estabelecimento rural de criaçao de gados sito no primeiro distrito deste termo, no lugar denominado Paipasso, contando de uma casa de material com 58 palmos de frente por 42 de fundos e benfeitorias constante de 1 galpao de material um lance coberto de zinco, diversos lances de casa, já em mau estado, com 80 palmos de frente por 15 de fundos 2 mangueiras de pedra, um cercado de pedra, um cercado de valo e arvoredo frutífero.

Uma parte de campo medida e demarcado judicialmente, situados no 10 distrito deste termo, em Paipasso, contendo 35 e 1/2 quadras sendo todo o campo fechado por cerca de pedra e arame.<sup>48</sup>

Esse inventário, de 1890, é ilustrativo da estrutura agrária da região da Campanha rio-grandense no final do século XIX, caracterizada por um processo de permanências e rupturas que não é absolutamente linear. Neste estabele-

---

47 Processo de Nunciação de Obra Nova 640, maço 29, 1873, Alegrete. APERGS

48 Inventário post-mortem 130, maço 4, 1890, Alegrete. APERGS. Grifos nossos

cimento encontramos os valos que chamaram a atenção dos viajantes franceses nas décadas de 1820 e 1830 - as *zanjas* referenciados nas obras de Sbarra e Barrán e Nahun. Existem também cercas de pedra para proteger as plantações (o cercado de pedra), outras utilizadas para o manejo do gado (as mangueiras). O estabelecimento está *fechado*, o campo está totalmente cercado, combinando a cerca de pedra e a cerca de arame.

As referências a currais, mangueiras e cercas de pedra foram localizadas em processos judiciais antes e depois da introdução do alambrado. Isso não quer dizer que a disseminação das cercas de arame foi lenta e gradual. A eficiência da cerca de pedra, por sua perenidade em função do material utilizado ou por marcar acordos anteriores, talvez justifique seu uso duradouro e contínuo no tempo.

As cercas de pedra serviram para estabelecer os limites de uma propriedade de terra, o que significa dizer que o cercamento dos campos com este objetivo não precisou esperar pelo alambrado, a pedra cumpriu este papel antes da introdução do arame. De modo muito incipiente, não tão ampliado, mas cumpriu.

## A introdução do arame

O arame, importado do estrangeiro, estranho à região, não acessível a todos, se difundiu rapidamente e alterou a estrutura agrária da Campanha. A rapidez com que a adoção do aramado ocorre no Rio Grande do Sul, no final do século XIX, pode ser observada através do aumento vertiginoso da importação do arame em rolo. Em 1876 foram importados 58 rolos de arame pela província e, em 1881, apenas cinco anos depois, essa quantidade se elevou para 5.951 rolos.<sup>49</sup> A partir de 1884 as referências à importação de arame tornam-se frequentes nos periódicos da província. No mês de julho *Warneke e Borken Comércio e Importações* e *Ernesto Beneches Rech & Cia* anunciaram “rolos de arame para cercas”. Os exemplos se multiplicam, a casa de comércio Viuva Claussen & Cia anunciou a importação de 1.130 rolos de arame e 4 barris com

---

<sup>49</sup> Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul de 1876 e 1881. Este é o terceiro ano que importações de arame constam nos Relatórios de Presidentes da Província e a primeira vez que aparece a referência a “rolos”. Nos relatórios de 1874 e 1875 aparecem, respectivamente, 153 e 272 “volumes”. Como não temos segurança da unidade de medida utilizada nestes anos, optamos por compararmos da forma realizada acima. Não localizamos informações para os anos de 1877 a 1880, o que nos permitiria a análise da evolução do processo no tempo com base nesta fonte.

grampos para cercas.<sup>50</sup> Também podemos observar esse processo a partir da ocorrência de algumas palavras-chave em periódicos do Rio Grande do Sul no período.

#### Ocorrências em periódicos do Rio Grande do Sul (1860-1899)<sup>51</sup>

Palavras-chave	Período			
	1860	1870	1880	1890
Alambrado	0	1	39	20
Aramado	0	0	5	28
Arame	2	23	390	727
Farpado	0	0	0	18

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 20/08/2024

A rapidez desse processo também se verificou no Uruguai, no mesmo período, cujas importações de arame aumentaram de 2.150.000 kg em 1876 para 19.642.000 kg em 1881.<sup>52</sup> A primeira referência a cercas de arame localizadas por Barran e Nahum foi em um testamento do final da década de 1850:

Los primeros cercos de alambre que tenemos noticia fueron utilizados en estancias para resguardar quintais cercanas a la casa principal y quizás ovejas finas. Em las testamentarias Eduardo Marc Eachen, 1857; Diego Marc Entyre, 1861 y Roberto Young, 1864, figurans referenciais a respecto. <sup>53</sup>

50 Jornal A Federação - edições de 18 de julho, 31 de julho e 11 de agosto de 1884, respectivamente.

51 Para elaboração desta tabela excluímos as ocorrências dos Relatórios de Presidentes de Província disponíveis na Hemeroteca para trabalharmos de modo uniforme com apenas um tipo de fonte primária.

52 BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamín. Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885. Compendio del Tomo I. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967, p. 173.

53 Idem, p. 171.

Segundo os autores, em 1884 os campos uruguaios estavam alambrados em quase toda sua totalidade.<sup>54</sup>

Já na Argentina, de acordo com Barsky e Djenderedjian, em 1843 se instalou o primeiro alambrado e em 1855 foi cercada perimetralmente, com arame, a primeira estância. Porém, será o ano de 1875 que marcará a disseminação massiva do alambramento dos campos no país.<sup>55</sup> Sbarra dá maiores detalhes do processo, segundo ele as primeiras cercas de arame na Argentina foram erguidas em função do processo de refinamento do rebanho ovino “ovejas finas y corrales de fierro”. Segundo o autor, este processo teve início na década de 1820<sup>56</sup>: “y llega entonces una novedad, a principios de 1843, que es avisada en letras de molde: *Corrales de fierro fino y pintado, para ovejas, de nuevo invento*”.<sup>57</sup> A estância de “Los Remedios” foi a primeira a ser cercada em todo seu perímetro. “Com cuatro hilos de alambre (...) completaba el cercado una zanja exterior de 3 cuartas de profundidad por 4 de ancho, indispensable para contener a los ganados invasores acostumbrados al campo abierto”.<sup>58</sup>

A disseminação do aramado, no Rio Grande do Sul, foi tão acelerada quanto no Uruguai e Argentina, como podemos depreender dos dados dos periódicos e processos judiciais analisados. Por outro lado, sua introdução foi mais tardia em comparação com esses dois espaços. A primeira referência a cercas de arame encontrada é de 1863, um anúncio comercial de venda de “aramé para tapar campos, mangueiras, currais, cercados, etc”, que faz a *Loja de Ferragem de Joaquim de Souza*, do município de Pelotas.<sup>59</sup>

Em 1872 localizamos a primeira referência a cercas de arame nos processos judiciais da Campanha. João José de Vargas Giloca deixou para seus herdeiros, entre outros bens, “uma chacara com um terreno de duzentas braças de

---

54 BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamín. Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967, p. 537.

55 BARSKY, Osvaldo; DJENDEREDJIAN, Julio. Historia del capitalismo agrario pampeano: la expansión ganadera hasta 1895. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003, p. 322.

56 Sobre a cronología desse processo, no que se refere ao gado bovino, Carmen Sesto afirma que “el mestizaje era un hecho aislado de poca significación cuantitativa y cualitativa hacia 1856, cuyo origen mítico se remontaba a un reproductor Shorhorn: Tarquino, incorporado en 1823 ó 1826”. SESTO, Carmen. El cambio racial del vacuno: ¿Un fenómeno de la demanda interna [1856-1894]? Anuario del Instituto de Historia Argentina, Buenos Aires, n. 4. p. 264, 2004. Disponível em: [http://www.fuentes-memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.3256/pr.3256.pdf](http://www.fuentes-memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.3256/pr.3256.pdf). Acesso em: 05/07/2024

57 SBARRA, Noel. Historia del alambrado en la Argentina. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2008. p. 28-29. Como veremos adiante, o processo de introdução de novas raças no Rio Grande do Sul foi muito mais tardio quando comparado à Argentina: ocorrendo apenas no final do século.

58 SBARRA, Noel, op. cit. p. 52

59 Jornal Cruzeiro do Sul. Rio Grande, 29 de novembro de 1863.

frente e cem de fundo, com uma casa de material, mais meia água, e um galpão de palha velho, sendo o terreno cercado de pedra e arame e com algum arvoredo”.<sup>60</sup> Não localizamos nenhum registro de cercas de arame em período anterior em todas as fontes judiciais analisadas.

Dos 98 inventários de três municípios da Campanha rio-grandense, Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí, referentes à década de 1870, em quatro há referência ao uso de cercas de arame em estabelecimentos produtivos, o que significa dizer que o alambrado não era um desconhecido naquela região, mas seu uso ainda era excepcional. Já na década de 1880 a recorrência aumenta, um em cada dez estabelecimentos já conta com aramados.

A primeira referência a um estabelecimento cercado em todo seu perímetro por alambrados, na Campanha rio-grandense, ocorre em 1886, três décadas depois disso ter ocorrido na Argentina. Foi o inventário de Florinda Joaquina Araújo que nos deixou esse registro, ela legou a seus herdeiros “uma fazenda toda cercada de arame contendo quatro currais de pedra, com 598 metros, um potreiro de cerca de pedra com 627 metros e um potreiro e lavoura de cerca de pedra contendo 9.427 metros”. A terra foi avaliada em 40 contos de reis a légua, ao passo que o preço médio da légua na região era de 30 contos no período. Ao alambrar seu campo Florinda tornou suas terras mais valiosas do que as de seu vizinho que ainda não haviam adotado essa tecnologia.<sup>61</sup>

A regra, nos inventários, foi a referência a campos cercados, a cerca como algo que agrega valor ao campo, sendo terra e cerca/benfeitoria avaliadas conjuntamente, como um mesmo bem. Apenas quatro processos ao longo do período de 1870 a 1890 fazem referência à cerca como benfeitoria merecedora de avaliação à parte, como um bem em si. Um dos casos é o do inventário de Antonio Jose de Souza, de 1874, onde campos e cercas são avaliados em separado. Esse processo traz um dado interessante, nele o valor das cercas de arame é muito inferior ao das cercas de pedra. Ele legou a seus herdeiros “mil quinhentas quarenta e sete braças de cerca de pedra, a 2\$000 reis a braça e seiscentas ditas de cerca de arame, a \$500 reis a braça”.<sup>62</sup> Ou esta cerca de arame estava em péssimo estado ou isso sugere que a cerca de pedra possuía um valor quatro vezes maior do que a cerca de arame, o que converge com um caso observado por Barrán e Nahum, no Uruguai, do testamento de Carlos Reyles, de 1886, onde

---

60 Inventário post-mortem 81, mç. 3, 1872, Alegrete. APERGS. Grifos nossos.

61 Inventário post-mortem 55, mç 3, 1886, Alegrete. APERGS.

62 Inventário post-mortem 16, mç. 2, 1874, Quaraí. APERGS

consta que los cercos de piedra de sus estancias se tasaban em \$0,60 el metro, y los de alambre \$0,18 el metro. Aún considerando que por estos años el alambrado había disminuido su costo considerablemente, llama la atención que el cerco de piedra costara casi tres veces más que el otro, lo que debe haber determinado su progresivo abandono<sup>63</sup>.

Até o final do período analisado permanecem as referências a estabelecimentos *fechados* com cercas de pedra e de arame. A descrição de campos ou fazendas cercados em todo seu perímetro somente pelo aramado começa a aparecer com mais frequência no final da década de 1880, na Campanha. Em 1890 já se anunciavam campos totalmente alambrados nos periódicos da província<sup>64</sup> e, em 1891, fazia-se referência a cercas com arame farpado.<sup>65</sup>

No final do século XIX, o Ruralismo nascente no Rio Grande do Sul passa a clamar pela “modernização dos campos” através da introdução de novas técnicas, entre as quais as cercas de arame ocupavam espaço privilegiado.<sup>66</sup> Seu discurso toma fôlego no início do século XX e passa a ser multiplicado de forma sistematizada através da criação da revista *A Estância*, que começa a circular em 1913. Nela é possível identificar esse entusiasmo em relação ao alambrado, que passa a ser visto como uma das mais importantes estruturas de uma estabelecimento rural.

Em 1907, Luiz Araujo Filho, grande entusiasta da “modernização dos campos” na Campanha, descreve brevemente o que considera como as mais importantes estâncias do município de Alegrete.<sup>67</sup> Naquele momento, além de favoráveis recursos naturais disponíveis, uma boa estância precisava ter boas cercas de arame, as mais adequadas para as necessidades da pecuária. Sobre a Estância do Pinhal, de aproximadamente 13.000 hectares, o autor aponta que “os campos de criação são de boa qualidade, todos *tapados*<sup>68</sup> e servidos de

---

63 BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamín. Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885. Compendio del Tomo I. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967. P. 171

64 A Federação. Porto Alegre, 09 de junho de 1890 e 30 de março de 1891.

65 Segundo Lenz, a introdução do arame farpado na Argentina, ocorreu mais precocemente do que no Brasil, já na década de 1870. LENZ, Maria Heloisa. A ligação especial da Argentina com a Grã-Bretanha no final do século XIX: tratados e investimentos. VI Congresso Brasileiro de História Econômica da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. Conservatória: Rio de Janeiro, de 4 a 7 de setembro de 2005.

66 Sobre o Ruralismo no Brasil ver: MENDONÇA, Sonia. O ruralismo brasileiro: 1888-1931. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. Sobre este tema, tendo como foco o Rio Grande do Sul ver: ZARTH, Paulo Afonso. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002

67 ARAÚJO FILHO, Luiz. O município de Alegrete. Alegrete: Irmãos Prumes & C Editores, 1907.

68 Um campo “tapado” é um campo cercado em todo seu perímetro. “Tapar um campo” também possui o mesmo significado do que “fechar”. Uma estância toda tapada é uma estância já cercada em todo seu perímetro.

aguadas permanentes e mattos no Ibirapuitan e Ibirocahy”.<sup>69</sup> O autor também destacou a importância do aramado para dividir internamente as estâncias, formando potreiros e invernadas. Estas cercas internas não separavam propriedades, mas eram fundamentais para o manejo do gado, especialmente em um período de introdução de novas raças de gado bovino, equino e ovino pelos grandes estancieiros.<sup>70</sup> A Estância da Harmonia, com aproximadamente 4.500 hectares, tinha um campo de primeira qualidade, “todo tapado e dividido em 3 invernadas e um potreiro”. Nela era criado “gado cruzado” com Durhan e Zebu, além de ovelhas Rambouillet.<sup>71</sup>

Os grandes estancieiros estavam cientes do impacto causado pela incorporação do aramado sobre a demanda de mão de obra do estabelecimento, o que lhes causava tanto entusiasmo quanto a introdução das novas raças de gado. O aramado descartou grande parte da mão de obra empregada nas atividades das estâncias e, apesar de não ter inaugurado a noção de limites entre as propriedades, os definiu com maior precisão.

## Primeiros impactos dos cercamentos dos campos

Entre as formas de estabelecer limites entre as propriedades, antes do aramado, haviam os *marcos de pedra*, pontos distribuídos ao longo do perímetro dos estabelecimentos para definição de divisas. Os marcos geravam, na falta de melhor expressão, “cercas imaginadas”, linhas abstratas, muito frequentemente representadas nos mapas anexados às Medições, que ligavam um ponto a outro.

Neste detalhe da planta do processo de Medição dos herdeiros de Agostinho Dornellas podemos perceber a distribuição de marcos de pedra nos campos:

---

69 ARAÚJO FILHO, Luiz, op. cit., p. 262.

70 Sobre a introdução de novas raças de gado no Rio Grande do Sul, ver: ZARTH, Paulo Afonso. Introdução de novas raças de gado no sul do Brasil (1870-1950). *História: Debates e Tendências* – v. 16, n. 1, jan./jun. 2016, p. 72-91.

71 ARAÚJO FILHO, op. cit., p. 263.

Fonte: Medição 546, maço 15, 1873. Alegrete. Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul



No processo de medição desses campos, entre “a ponta de uma *sanja*” e a casa de Zeferino de Souza Blanco foram cravados dois marcos de pedra como referência de um *continuum* definidor de limites entre suas terras e as dos Dornellas. Os *marcos de pedra* foram fundamentais no processo que Barrán e Nahum chamaram de “prehistoria del cercamiento”<sup>72</sup> como referência de delimitação sempre que não houvesse uma marca natural na paisagem.

Processos judiciais como este, de Medições, permitem acompanhar a percepção e representação dos limites entre as propriedades e os conflitos em torno deles. Segundo Verónica Secreto, “as demarcações e divisões nos aproximam dos conflitos sobre os limites da propriedade e também nos aproximam dos antecedentes históricos das propriedades incluídas nos processos”.<sup>73</sup> Se medir um campo era arcar com as consequências de um passado de imprecisões, erguer cercas para materializar suas divisas era um acerto de contas entre confrontantes. Por isso as discordâncias entre “o que entrava” ou não no momento de cercar um estabelecimento, cujos limites foram definidos anteriormente por marcos de pedra, foram comuns nesse momento embrionário

72 BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamín. Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967. P. 525

73 SECRETO, Maria Verónica. Fronteiras em movimento: o sudeste bonaerense e o oeste paulista na segunda metade do século XIX. Historia comparada. Campinas: Unicamp, 2001. p. 230

do processo de cercamento dos campos. Clemencia de Jesus tentou embargar judicialmente, em 1883, a construção de uma cerca levada a cabo por seu confrontante Lourenço da Fonseca. Segundo ela, a cerca ultrapassava “os marcos estabelecidos por uma antiga medição e divisão que determinam as divisas entre os campos de ambos” o que considera uma “arbitrária invasão de sua propriedade”.<sup>74</sup>

A introdução dos marcos de pedra indica uma necessidade de se estabelecer limites entre os campos que foi anterior ao alambramento. O marco de pedra, antes da cerca de arame, inaugurou a linha reta, não há entre dois marcos a sinuosidade de um rio ou a imprecisão de uma *coxilha*. Porém, as linhas entre os marcos, retas e precisas nos mapas, eram difíceis de se realizar concretamente.

Os limites estabelecidos pelos marcos, além de, na prática, serem de difícil execução, também de nada serviam à produção. A imaterialidade das linhas entre os marcos de pedra não tinha condições de conter o gado, não facilitava seu manejo e nem cumpria o objetivo de viabilização de qualquer atividade produtiva. O único objetivo dos marcos era definir limites entre estabelecimentos rurais, na prática ainda muito imprecisos.

O alambrado, em sua linha reta, metálica, concreta, precisa, vai definir perímetros através de uma barreira física capaz de impedir a dispersão do gado e auxiliar o seu manejo. Isso explica, em grande medida, a forma rápida com que se multiplicou pelos campos e o discurso apologético dos grandes estancieiros em relação às cercas de arame. Porém, para além de uma nova tecnologia, o aramado significou grandes perdas para a maioria da população rural ao impor o rompimento com modos de vida anteriores.

Todos sentiram os impactos do cercamento dos campos, mas de forma muito desigual. Antes de tudo, quem podia cercar seu campo? Mesmo que o aramado fosse tão popular a ponto de constar cotidianamente nos periódicos da época e de estar disponível no mercado, quem tinha condições de fazer parte do processo de cercamento dos campos enquanto sujeito que manda cercar sua propriedade?

Aproximadamente 1 em cada 5 produtores rurais não poderia ter cercado seus campos na Campanha. Eles não tinham campos. Em 21% dos inventários referentes às décadas de 1870 e 1880 não há registro de nenhuma área de

---

74 Processo de Despejo 2255, mç 71, 1883, Alegrete. APERGS

terras.<sup>75</sup> Entre os que tinham terras, haviam muitos que possuíam pouco. Em 1874 faleceu Manoel Ribeiro, possuidor de terras. Africano liberto, deixou à sua mulher uma chácara nos subúrbios da cidade, dois bois mansos no valor de 20\$000 cada e “uma carreta velha”. Mesmo a \$500 réis a braça de cerca de arame e sua disponibilidade nos mercados locais, o alambrado era reservado a poucos. Apesar disso, se estabeleceu muito rapidamente.

O cercamento dos campos também aprofundou a concentração fundiária na Campanha, na medida em que rompeu com práticas costumeiras de acesso à terra, como por posse “mansa e pacífica” gerando expropriação e conflitos. Essa reordenação teve muitas consequências sobre a pobreza rural. Em uma Campanha de “campos abertos” era fundamental para qualquer estância a disponibilidade de pessoal dedicado ao *costeio* e *aquerenciamento*<sup>76</sup> do gado. A multiplicação dos potreiros, invernadas e cercas alterou a estrutura agrária e reduziu a necessidade de mão de obra nas atividades dos grandes estabelecimentos rurais da Campanha.

Severino de Sá Brito, nascido em Alegrete em 1869, descreveu deste modo as lembranças que tinha do processo:

Os fazendeiros cercaram a primitiva liberdade que campeava pelas nossas vastas campinas, onde cruzavam livremente cavaleiros e animais. (...) Fecharam-se os atalhos, abriram-se os corredores!

Que golpe profundo deu o alambrado nos costumes da minha terra! (...) Acabaram-se as grandes cavalladas, reduziram-se as eguadas, diminuiu-se a peonada!<sup>77</sup>

O autor não deixou de registrar também a importância do alambrado para o manejo do gado: além de “fixar a divisa entre lindeiros”, estabelecer os limites entre os estabelecimentos rurais, “os fazendeiros (...) com o alambrado retalharam seus campos em invernadas, invernadinhas, piquetes, currais e bretes”.<sup>78</sup> Cada “invernada” ou “invernadinha”, cada subdivisão do campo em espaços de engorda, domesticação, marcação e castração do gado, eram braços que se tornavam desnecessários na estância.

---

75 GARCIA, Graciela Bonassa. Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da Campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). Niterói: UFF, 2010.

76 Aquerenciar o gado é uma prática de domesticação utilizada na ausência de cercas que consiste no manejo repetido (*costeio*) do rebanho a fim de acostumá-lo a uma área do campo e evitar sua dispersão. Derivativo de *querência*. CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

77 SÁ BRITO, Severino de. Trabalhos e Costumes dos Gaúchos. Porto Alegre: Globo, 1928. p. 26. Grifos nossos.

78 Idem, p. 27.

Segundo Carmen Sesto, em seu estudo sobre Buenos Aires, lá também a introdução do aramado substituiu grande parte da mão de obra até então ocupada com o manejo do gado nas estâncias:

cinco o seis hombres, a horario programado -mientras hubiera luz-, podían realizar tareas que demandaban no menos que diez hombres y varios días de trabajo em el antiguo sistema de rodeos.<sup>79</sup>

No Uruguai este fenômeno também se repetiu. Segundo Frederico E. Balparda, em 1879, “cada estancia que se cerca, representa 10, 15 o 20 individuos o famílias que quedan em la miséria, sin outro horizonte que una vida incierta”.<sup>80</sup>

Em um mundo rural sem cercas, os trabalhos eram mais intensos: era necessário impedir que os rebanhos se extraviassem, assim como era essencial manter a domesticação desses animais. Sem manejo os rebanhos voltavam a se tornar bravios, o que prejudicava o patrimônio dos estabelecimentos: reses mansas possuíam valor maior do que as reses “xucras”. Além das atividades cotidianas, em função de suas especificidades, a pecuária possui momentos que exigem a complementação com mão de obra sazonal, como as marcações e castrações. Porém, não era necessário dispor de trabalhadores, escravizados ou livres, em número suficiente o ano inteiro para atender as demandas excepcionais da pecuária. Não era necessário e não era viável: mão de obra empregada na pecuária era especializada e não era barata. O valor dos escravos campeiros costumava ser superior aos demais e o gasto com peões livres era considerável nas estâncias.<sup>81</sup>

Em período anterior ao cercamento dos campos, de acordo com um mapa estatístico populacional da província produzido em 1859, Alegrete possuía 1.699 habitantes, 5.634 homens.<sup>82</sup> No ano anterior, foi produzido um outro mapa, dessa vez ligado às atividades pecuárias, somente. Segundo ele, em

---

79 SESTO, Carmen. Historia del capitalismo agrário pampeano: la vanguardia ganadera bonaerense, 1856-1900. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. p. 96.

80 BALPARDA, Frederico E. Revista de la Asociación Rural del Uruguay, 15 de outubro de 1979, nº 19, p. 209-221. Apud: BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamín. Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967. p. 558.

81 Sobre o trabalho de peões livres na pecuária ver FARINATTI, Luiz. Confins meridionais: família de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

82 Mappa estatístico da população da província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo do total de livres, libertos e escravos. In: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul- Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1986.

Alegrete haviam 527 peões escravo-s, 159 peões livres, 124 capatazes e um rebanho de 772.232 cabeças de gado vacum.<sup>83</sup> Não há registro, na fonte, dos agregados ocupados nas tarefas das estâncias. Apesar das imprecisões dos levantamentos estatísticos do período e suas limitações, esses dados sugerem que frente a um rebanho dessa dimensão (que não contabilizava os equinos, ovinos e muares), havia demanda por complementação da mão de obra escrava e remunerada nas estâncias.

Segundo Juan Garavaglia, “los propietarios utilizan em recurso más abundante, la tierra, para acceder al más escaso, la fuerza de trabajo”.<sup>84</sup> A demanda por ela, sem dúvida, era muito maior em tempos de campos não cercados. A contribuição sazonal da mão de obra dos agregados com certeza teve um papel fundamental ao longo do período anterior ao cercamento dos campos. Ao contrário dos peões livres, mão de obra especializada e custosa, os agregados poderiam atender as demandas sazonais sem exigência de desembolso monetário por parte do estancieiro.

Por conta disso, na Campanha rio-grandense, o estabelecimento de famílias no perímetro das grandes fazendas até então era comum, elas cumpriam a função de “fronteira viva” entre os estabelecimentos e evitavam, assim, o extravio dos rebanhos. Suas moradas, os *postos*, como eram chamados, também serviam como referência de limites entre grandes propriedades. Desse modo, o cercamento dos campos teve também consequências sobre os *posteiros* e demais agregados. Sua principal função, impedir a dispersão dos rebanhos, poderia, a partir de então, ser executada pelo alambrado. Na medida que ele avança, a tolerância com os agregados diminui. Juan Garavaglia explica que

En realidad, la “tolerancia” de los propietarios o de los arrendatarios hacia estos agregados se comprende muy bien cuando se descubre que éstos se sentían “moralmente” obligados a ayudar a sus albergadores en los momentos más importantes do calendario ganadero y agrícola.<sup>85</sup>

Os processos de Despejo do final do século XIX trazem casos representativos do movimento de expulsão de agregados e dos argumentos usados, aceitáveis no palco judicial, com esse objetivo. “Não ver mais vantagem” em manter

---

83 Mappa numerico das estancias existentes nos diferentes municipios da Província, de que até agora se tem conhecimento official, com declaração dos animaes que possuem, e crião por anno, e do numero de pessoas empregadas em seu costeiro. Maço 532. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

84 GARAVAGLIA, Juan, op. cit., p. 570.

85 GARAVAGLIA, Juan Carlos. Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830). Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999. p. 570.

terceiros em seu campo, sem maiores justificativas, parece ter sido argumento suficiente em si para exigir despejos judiciais, o que diz muito sobre aquele período.

Segundo Miguel da Fontoura, em 1886, teve por alguns anos “como seu agregado a Zeferino Gomes, e não lhe convindo mais continuar com esse arranchamento ocupado por gente do referido Zeferino, ordenou a este que se retirasse de dentro de seu campo”. Zeferino e sua mulher refutaram a condição de agregados e sustentaram que estavam “em posse mansa e pacífica há mais de 24 anos, posse que ainda não foi contestada nem demandada judicialmente” e que “nunca forão considerados agregados do autor, como falsamente allegou”.<sup>86</sup>

No mesmo ano Dr. Lourenço Cabello e sua mulher decidiram abrir um Processo de Despejo contra Marcos Gomez de Escobar, Manoel Cruz Menezes, João Sallé e outros.<sup>87</sup> Segundo os autores, como “senhores e possuidores de uma parte de campo”, consentiram que “uns que nela indevidamente se achavam arranchados e outros que arrancharam-se com permissão dos suplicantes, ali continuassem até que sua parte de campo fosse medida e demarcada, mas que agora necessitavam utilizar todo o campo que lhes pertence” e não conseguiram sua desocupação “de forma amigável”. Solicitaram, então, o despejo de todos os réus em 24 horas. Os réus negaram o estabelecimento “indevido” em terras alheias, uma vez que muitos deles possuíam suas terras “de datas tão antigas capazes de constituir título de legítima propriedade, como deporão testemunhas”.

Nos dois casos a argumentação dos réus é de denúncia de uma estratégia adotada pelos autores no processo de expropriação: impor judicialmente a posseiros a condição de agregados, condição jurídica ainda mais frágil do que a dos primeiros. Os casos também revelam a repetição da justificativa, por parte dos autores, para o despejo, “não desejar mais” a presença de terceiros. Não “convinha” mais ao primeiro autor manter Zeferino como agregado, do mesmo modo que os segundos autores “antes permitiram” o arranchamento mas “agora” querem a desocupação.

Em 1887 o processo de expropriação chega até Gaudencio Calisto da Silva:

Diz Tristão José Ribeiro de Farias Guimarães que, tendo comprado a Gaudencio Calisto da Silva uma parte de campo, contigua aos de sua propriedade, resolveu, a pedido deste deixá-lo como seu agregado até que isso conviesse

---

86 Processo de Despejo 2172, mç 70, 1886, Alegrete. APERGS

87 Processo de Despejo 606, mç 18, 1886, Quaraí. APERGS

ao suplicante. Não estando porém disposto a espaçar tal concessão ordenou ao mesmo Gaudencio houvesse de retirar-se.<sup>88</sup>

Para além da significativa e lamentável situação de Gaudêncio, pequeno proprietário que não mais conseguindo se manter como produtor independente em um novo contexto, precisou vender seu campo e se submeter à precária condição de um agregado, percebemos aqui a repetição de um argumento: não convém mais mantê-lo ali. Tristão informa, ao logo do processo, que comprara “a pequena parte de campo de Gaudêncio, contígua à uma sesmaria de sua propriedade”. Um sesmeiro e Gaudêncio que, ao habitar a borda de uma sesmaria poderia cumprir a função dos *posteiros*, sujeitos expropriados quando o aramado substituiu suas tarefas de contenção dos rebanhos.

Não à toa esse argumento se repete: nos três casos o juiz defere o pedido de despejo. Em um dos casos, de 1886, temos acesso ao raro registro da violenta execução de um despejo, nas palavras de quem o sofreu:

Dizem os réus que por mandado de V. S. na ação de despejo (...) foram os suplicantes nos dias 2 e 3 do corrente mês despejados de suas casas e dos terrenos que ocupam de há muito tempo por títulos de concessão da Câmara Municipal desta villa, e em ato contínuo ao despejo dos rastes e retirada dos suplicantes para fora de suas habitações, foram estas destruídas e completamente arrasadas por um grupo de homens armados a machados e capitaneados por Bento Ribeiro com auxílio do Delegado de Polícia suplente em exercício com força armada e presença dos oficiais de justiça que executavam o mandado. Contra tais atos de violência, arbitrariedades e ilegalidade praticada em nome da lei e da justiça, querem os suplicantes com todo o rigor da lei protestar, como protestam, contra quem de direito for pelos danos prejuízos e violência causados contra a propriedade dos suplicantes.<sup>89</sup>

A condição de agregado, real ou não, possibilitava a abertura do processo de Despejo, ação sumária. A disputa judicial entre possuidores poderia levar anos, não à toa as Ações Possessórias são documentos mais extensos do que os Despejos.

---

88 Processo de Despejo 2162, mç 70, 1887, Alegrete. APERGS

89 Processo de Despejo 606, mç 18, 1886, Quaraí. APERGS

Segundo Guinter Leipnitz, a expropriação dos “arranchados” e posteiros foi também um projeto governamental na Campanha rio-grandense, o que gerou uma série de normativas legais que buscavam regulamentar a conduta desses grupos sociais. As Posturas Rurais de Uruguaiana, uma série de dispositivos legais promulgados na virada do século XIX para o XX, analisadas pelo autor, buscaram regulamentar as práticas rurais, o que incluía o cercamento dos campos.<sup>90</sup> Segundo elas, no artigo 124º “São proibidos os arranchamentos próximos aos alambrados que separarem um campo do outro, devendo esses estabelecimentos estar retirados das cercas divisórias pelo menos na distância de trinta metros”.<sup>91</sup>

Essa legislação nos interessa na medida em que, como afirma Verónica Secreto, “A importância do direito na interpretação histórica de uma sociedade determinada é que este denomina, qualifica e hierarquiza qualquer divórcio entre a ação dos indivíduos dessa sociedade”.<sup>92</sup> As novas normativas promulgadas na Campanha também nos auxiliam a compreender o processo de expropriação e criminalização sofrido por uma camada social que antes garantia sua subsistência no interior ou “nas bordas” de grandes estabelecimentos. “O que antes havia sido um direito ou costume viu-se transformado em delito”.<sup>93</sup>

Na Campanha rio-grandense a imprecisão de limites entre os grandes estabelecimentos havia permitido, ou pelo menos facilitado, o acesso à terra através da posse. A delimitação mais precisa decorrente do alambramento realizou, na prática, o que a Lei de Terras pretendia: impedir o acesso à terra através da “posse mansa e pacífica”.

Fronteiras antes “porosas” entre uma estância e outra, que poderia ser um capão de matos ou uma coxilha, onde uma família pobre poderia estabelecer-se e garantir sua subsistência, agora eram substituídas pela precisa e fina linha reta do arame.<sup>94</sup>

O cercamento dos campos, ao considerarmos seus primeiros passos na década de 1870 e seu estopim na década de 1880, teve início no mesmo momento em que o sistema escravista chegava ao seu fim. As relações entre

---

90 LEIPNITZ, Guinter Tlajja. *Vida Independente, ainda que modesta. Dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (C. 1884 - C. 1920)*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

91 *Idem*, p. 198.

92 SECRETO, Maria Verónica, *op. cit.*, p. 3.

93 *Idem*.

94 GARCIA, Graciela. *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da Campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*. Niterói: UFF, 2010. p.137

acesso à terra, disponibilidade de braços e novas formas de disciplinarização da mão de obra se ajustam neste momento de transição. Em um período anterior à crise do trabalho escravo, onde os bens de raiz comprometiam parte menor do patrimônio produtivo de um estabelecimento e os campos não eram cercados, a necessidade de mão de obra livre e possibilidades de acesso à terra eram distintas.<sup>95</sup> A extinção da mão de obra escrava e o grande aumento do valor da terra são acompanhados pelo processo de cercamento dos campos e multiplicação de conflitos fundiários na região. Esses elementos são indissociáveis e compõem um processo de reordenação econômica e social na região no final do século XIX que alterou os modos de vida dos habitantes da Campanha.

A partir de 1880, segundo Guinter Leipnitz, houve um aumento vertiginoso no número de escrituras de arrendamento de campos no município de Uruguaiana. Entre as 608 escrituras referentes ao período de 1847 a 1910, mais de 90% se referem ao período posterior a 1881:

A grande maioria das escrituras (93,9%) foi identificada nas últimas três décadas, sendo que uma significativa parcela (43,1%) se concentra nos últimos dez anos (1901 a 1910). (...) O grande salto se dá na década de 1881-1890, quando os registros aumentam mais de seis vezes, crescendo progressivamente até a década seguinte, até aumentar em cerca de 50% na última década.<sup>96</sup>

Assim, na Campanha do final do século XIX, as possibilidades de um produtor estabelecer-se em terras alheias sem desembolso monetário diminuiu drasticamente.

Se na década de 1830 os produtores “sem-terra” representavam quase a metade dos inventariados (47%), na década de 1870 esse grupo estará reduzido a apenas 21%. As possibilidades e reprodução social por parte dos produtores rurais “sem-terras” cai pela metade em Alegrete, em um período de 40 anos.<sup>97</sup>

Desse modo, boa parte dos pequenos produtores rurais que não detinham títulos de propriedade e que não tinham condições de desembolso monetário

---

95 Entre as décadas de 1830 e 1870 o valor da terra no município de Alegrete sofreu um aumento de 800%. Ver: GARCIA, Graciela Bonassa. O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

96 LEIPNITZ, Guinter Tlajja. Entre contratos, direitos e conflitos - arrendamentos e relações de propriedade na transformação da Campanha rio-grandense, Uruguaiana, 1847-1910. Porto Alegre: UFRGS, 2010.p. 22

97 GARCIA, Graciela Bonassa. O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista. Porto Alegre: UFRGS, 2005.p. 26

para arrendar terras foram impedidos de dar continuidade às suas costumeiras atividades produtivas. O alambrado atingiu, portanto, peões, agregados, posteiros e pequenos produtores rurais. Um processo de expropriação dessa magnitude exigia a formulação de políticas para manter a paz nos campos.<sup>98</sup> Segundo Guinter Leipnitz, nesse contexto as autoridades locais da Campanha procuravam “estabelecer uma rígida fiscalização da população local e de suas condutas”. As Posturas Rurais de Uruguaiana “buscavam enquadrar os indivíduos, direta ou indiretamente, no ritmo do trabalho demandados pelos grupos dominantes”.<sup>99</sup>

Barran e Nahum observaram que a “desocupación tecnológica” gerada pelo alambramento desencadeou um processo análogo no Uruguai:

(...) El problema era de tanta magnitud porque no sólo los peones eran despedidos. También le fueron los agregados y los puesteros. Si de estos últimos se ahorran los salarios, de los primeros se eliminaban bocas ahora inútiles que alimentar. La inversión del cercamiento requería una economía en los costos de producción que le permitiera al hacendado resarcirse del gasto más rápidamente. Por lo tanto, poner en explotación toda su tierra, despidiendo al puestero - centinela, ahora inútil y expulsando a los agregados que ya no tenían en qué ocuparse, fue visto como una medida ineludible de racionalización del trabajo y ahorro.<sup>100</sup>

Assim, estamos tratando aqui de um processo que atingiu diversas camadas da população e que, ao reordenar as possibilidades de acesso à terra, deslocou sujeitos de um estrato a outro. O acesso à terra, seja por posse, propriedade ou arrendamento, é pré-requisito para a margem de autonomia do produtor independente. A expropriação desloca o sujeito da condição de pequeno produtor para trabalhador precarizado, seja arranchado ou peão. O cercamento dos campos caminha lado a lado da extinção do regime escravista, quando também foi necessário repor a mão de obra escrava nas estâncias. Cercar um campo reduzia a necessidade de mão de obra nas atividades pecuárias, mas

---

98 Segundo Verónica Secreto, “A legislação e as práticas policiais pretendiam terminar com os prejuízos causados pelos vadios à propriedade e obriga-los a concorrer ao mercado. Para isto, implementaram-se critérios coercitivos com uma legislação que dava garantia à propriedade rural, e à propriedade em geral, e a eliminação dos circuitos marginais de subsistência - como na Argentina, onde se impediu a chegada dos habitantes rurais a mercados informais de intercâmbio de frutos da terra ou produtos roubados”. SECRETO, Maria Verónica. *Fronteiras em movimento: o sudeste bonaerense e o oeste paulista na segunda metade do século XIX. Historia comparada*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 320.

99 LEIPNITZ, Guinter Tlajja. *Vida Independente, ainda que modesta. Dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (C. 1884 - C. 1920)*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 216

100 BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamín. *Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967, p. 557-558.

sem trabalhadores não há produção. A multiplicação de sujeitos que, expropriados, passaram a dispor apenas de sua força de trabalho, era processo potencialmente desencadeador do barateamento da mão de obra na pecuária. Desse modo, o cercamento reduziu os custos de uma estância ao exigir menos mão de obra e, ao mesmo tempo, pode ter também a barateado em função da muita disponibilidade de braços daqueles que antes produziam para si e que agora passarão a viver de seu trabalho.

Em 1928 Severino de Sá Brito publicou suas memórias em “Trabalhos e costumes dos gaúchos”. Nascido em 1869, em Alegrete, registrou suas lembranças da época em que “se desenvolveu em maior escala este grande reformulador de costumes e da vida rio-grandense – o Alambrado”, e o quanto esse processo foi acelerado.

Como invasor e elemento de evolução, mudou a face do Rio Grande. Em poucos anos, o aramado apoderou-se dos campos, estendeu-se por toda parte, fixou a divisa entre lindeiros, subindo coxilhas, descendo baixadas e atravessando sangas para divisa das aguadas.<sup>101</sup>

O discurso apologético de Sá Brito, filho de uma abastada família de fazendeiros, contrasta com o registro da saudade triste de seu conterrâneo, o peão João da Cunha Vargas. Dele sabemos pouco: nasceu na virada do século XIX para o XX, em Alegrete, onde teria ganhado a vida como peão. Analfabeto, declamava seus versos, que foram publicados postumamente, em 1981.

*E a trotezito no mais  
Fui aumentando a distância  
Deixar o rancho da infância  
Coberto pela neblina  
Nunca pensei que minha sina  
Fosse andar longe do pago (...)  
Tive ganas de chorar  
Ao ver meu rancho tapera<sup>102</sup>*

---

101 Idem, p. 26.

102 VARGAS, João da Cunha. Deixando o pago: poemas. Porto Alegre: Habitasul, 1981.

Na figura de um arranchado que deixa para trás sua *tapera*, a casa que antes era sua e que agora está vazia, João expressou a expropriação sofrida pelos agregados, arranchados e peões no processo de cercamento dos campos.

A dureza desse processo sobre a pobreza rural não foi somente lamentada. Rodolfo Pacheco, dramaturgo argentino anarquista, que, em 1920, ao tratar da vida e dificuldades dos homens do campo em um contexto de expropriação e profunda desigualdade social, escreveu:

*!Los alambres son las rejas de la pampa!*

*!Es sobre ellos que se quebra el destino de los gauchos!*

*!Meta fierro a los alambres!<sup>103</sup>*

Os diversos sujeitos referidos ao longo do texto, arranchados, posteiros, peões e pequenos produtores rurais vivenciaram de diversas formas o processo de cercamento dos campos. É muito raro termos acesso aos discursos e mesmo maiores informações sobre esses grupos. Diferente dos escravizados, não deixaram registros nos inventários de terceiros, raramente sabiam escrever, com poucos bens evitaram abrir inventário para que as custas não absorvessem parte do patrimônio, migraram. As fontes utilizadas neste trabalho não permitem maiores avanços no que se refere à abordagem da resistência desses sujeitos ao processo de cercamento dos campos. Os Despejos trazem os conflitos mediados pelo Estado e, como vimos, nesses espaços quase sempre eles perderam. É provável que os processos-crime possam nos trazer elementos para pensarmos o cercamento dos campos para além da expropriação. O rompimento brusco com modos de vida anteriores, na magnitude que abordamos, dificilmente não deixaria registros de deliberados descumprimentos das normas, de decisões por acertar diferenças fora da esfera judicial, de atos de violência. Supomos que a partir da análise desses processos judiciais, e legislação do período, possamos avançar nesse sentido futuramente. Por ora

---

103 Las Víboras (1920). González Pacheco, R.: Teatro completo. Tomo I y II. Editorial Américalee. Buenos Aires, 1953. Apud: FOLCO, Gonzalo. El agro pampeano en el teatro de Rodolfo González Pacheco. Razón y revolución: teoría, historia, política, n.º. 22, 2011, p.53.

reafirmamos que aqui analisamos os primeiros impactos do processo de cercamento dos campos, as ações de resistência e inconformidade ainda serão investigadas.

## Considerações finais

As referências aos valos e cercas vivas ou “cercas mortas”, plantas espinhosas e estacas, aparecem nas décadas de 1820 e 1830, pelo olhar dos viajantes, e recorrentemente nos inventários, ações possessórias e processos de despejo ao longo do século XIX. Aparentemente, na Campanha, à construção dessas cercas não foram agregadas novas técnicas ao longo do século XIX. Sua recorrência também no Uruguai e Argentina, inclusive com registros já no século XVIII, sugerem um formato comum na paisagem pampeana, que foi reproduzido por um tempo muito longo. Não por acaso, as gerações seguiam as utilizando com as mesmas técnicas e materiais. As cercas “primitivas” viabilizavam as atividades produtivas, além de serem acessíveis a todas as camadas da população.

Também a cerca de pedra, apesar de mais custosa do que as primeiras, peregrinou, desenhou a paisagem pampeana ao longo de décadas. Como nem sempre se podia contar com cursos de água em todo o perímetro dos estabelecimentos para delimitá-los, as cercas de pedra foram, muitas vezes, uma barreira complementar para garantir um campo perfeitamente “tapado”. Indispensável para o manejo do gado, em currais, nas tarefas cotidianas e também nas épocas de marcação e castração, fundamental como barreira entre os animais e as plantações, nos “cercados”, atravessou o século XIX e manteve presença constante nas primeiras décadas do século XX.

*Antes del alambrado podia decirse: todo el país es camino*, teria dito Domingos Faustino Sarmiento em 1878.<sup>104</sup> Porém, como vimos, o aramado não inaugurou a cerca, antes da cerca de arame muitos caminhos já estavam fechados.

O “fechamento” dos campos da Campanha foi a manifestação de um movimento estrutural profundo que envolve o processo de mercantilização da terra e a estruturação do capitalismo no campo. Esse processo não aguardou a cerca de arame, mas sem dúvida a introdução do aramado o acelerou em

---

104 SBARRA, Noel, op. cit, p. 10.

função de seu papel na chamada “modernização das atividades agropecuárias”, com a introdução de novas técnicas de manejo do gado.

Isso envolveu a reestruturação das atividades produtivas e, como parte dela, alterações profundas nas relações de trabalho cuja face mais violenta foi a expropriação da pobreza rural.

Os *posteiros* e suas famílias, nas bordas das grandes propriedades, com seu trabalho atento para impedir o extravio do rebanho do patrão, os muitos peões necessários para *aquerenciamento* diário dos animais para sua domesticação constante, os agregados e os pequenos produtores rurais foram atingidos. Nas palavras de Carmen Sesto, “El alambre eliminó todo ese trabajo: el ganado no se podía escapar, ni se podía mezclar, ni se podía perder”.<sup>105</sup>

Iniciamos este texto apontando uma aparente obviedade, que não há uma relação absoluta entre a existência de cercas e o processo de cercamento dos campos. Desenvolvemos aqui algumas reflexões iniciais sobre os usos da cerca e sua evolução ao longo do século XIX na Campanha rio-grandense, esse espaço de encontro entre o Brasil, Uruguai e Argentina. Tratamos sobre atividades produtivas e propriedade da terra, sem a ambição de esgotar a reflexão sobre os usos e significados da cerca para aquela sociedade. Problematicamos os primeiros impactos do cercamento dos campos sobre os trabalhadores da Campanha e trouxemos alguns dados sobre as relações comerciais em torno da importação e disseminação do aramado pelos campos. Diversos aspectos não foram aqui apresentados por se tratar de uma pesquisa em andamento. Além da fundamental abordagem das estratégias e ações de resistência frente ao cercamento dos campos, é importante realizar uma crítica mais profunda sobre a suposta relação automática e necessária entre a introdução da cerca e o aumento generalizado da produtividade. Para quem?

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO FILHO, Luiz. **O município de Alegrete**. Alegrete: Irmãos Prumes & C Editores, 1907.

BALPARDA, Frederico E. **Revista de la Asociación Rural del Uruguay**, 15 de outubro de 1979, nº 19, p. 209-221. *Apud*: BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM,

---

<sup>105</sup> SESTO, Carmen. *Historia del capitalismo agrario pampeano*, tomo 2: La vanguardia ganadera bonaerense, 1856-1900. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. p. 96.

Benjamín. *Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967. p. 558.

BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamín. **Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885. Compendio del tomo I**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamín. **Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

BARSKY, Osvaldo; DJENDEREDJIAN, Julio. **Historia del capitalismo agrario pampeano: la expansión ganadera hasta 1895**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003.

BERMUDEZ, Wáshington y BERMUDEZ, Sergio W. **Lenguaje del Río de la Plata**. Academia Nacional de Letras del Uruguay. Disponível em: <https://bermudez.mec.gub.uy/>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

CONGOST, Rosa. **Tierras, leyes, historia: estudios sobre “la gran obra da propiedad”**. Barcelona: Editora Crítica, 2007.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FARINATTI, Luiz. **Confins meridionais: família de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FOLCO, Gonzalo. **El agro pampeano en el teatro de Rodolfo González Pacheco**. Razón y revolución: teoría, historia, política, n.º. 22, 2011, p. 47-66.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. **Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

GARCIA, Graciela Bonassa. **O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GARCIA, Graciela Bonassa. **Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da Campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)**. Niterói: UFF, 2010.

GELMAN, Jorge. **Campesinos y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial**. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

LEIPNITZ, Ginter Tlajja. **Entre contratos, direitos e conflitos - arrendamentos e relações de propriedade na transformação da Campanha rio-grandense, Uruguaiana, 1847-1910**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

LEIPNITZ, Ginter Tlajja. **Vida Independente, ainda que modesta. Dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (C. 1884 - C. 1920)**. Porto Alegre: UFRGS, 2016

LENZ, Maria Heloisa. **A ligação especial da Argentina com a Grã-Bretanha no final do século XIX: tratados e investimentos**. VI Congresso Brasileiro de História Econômica da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. Conservatória: Rio de Janeiro, de 4 a 7 de setembro de 2005

LIMA, Hidelbrando e BARROSO (Orgs). **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

LOVE, Joseph. **Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

MENDONÇA, Sonia. **O ruralismo brasileiro: 1888-1931**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MORTET, Modesto Cluzeau. **Revista de la Asociación Rural del Uruguay**, 1 mayo 1877, nº 9, p. 149-150. *Apud*: BARRÁN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamín. *Historia Rural del Uruguay moderno: 1851-1885*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

NAHUM, Benjamín. **La estancia alambrada**. Enciclopedia uruguaya. Historia ilustrada de la civilización uruguaya ; t.3, n.24 Montevideo: Arca Editores Reunidos, 1968.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Porto Alegre, 1990.

SÁ BRITO, Severino de. **Trabalhos e Costumes dos Gaúchos**. Porto Alegre: Globo, 1928.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SBARRA, Noel. **Historia del alambrado em la Argentina**. Buenos Aires: Letemendia Casa Editora, 2008.

SECRETO, Maria Verónica. **Fronteiras em movimento: o sudeste bonaerense e o oeste paulista na segunda metade do século XIX. Historia comparada**. Campinas: Unicamp, 2001.

SESTO, Carmen. **El cambio racial del vacuno: ¿Un fenómeno de la demanda interna [1856-1894]?** Anuario del Instituto de Historia Argentina, Buenos Aires, n. 4. p. 264, 2004. Disponível em: [http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.3256/pr.3256.pdf](http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.3256/pr.3256.pdf) . Acesso em: 05/07/2024

SESTO, Carmen. **Historia del capitalismo agrário pampeano: la vanguardia ganadera bonaerense, 1856-1900**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

SCHNEIDER, Rodrigo de Oliveira. **Cercas de Pedra: cultura material e práticas de espaço**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

SORDI, Caetano. **Fences in the borderland: technique, landscape and the architectures of domestication in the Brazilian-Uruguayan Pampa**. VIBRANT (FLORIANÓPOLIS) , v. 16, p. 1-20, 2019.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARGAS, João da Cunha. **Deixando o pago: poemas**. Porto Alegre: Habita-sul, 1981.

YOUNG, Eric Van. **Haciendo historia regional. Consideraciones metodológicas y teóricas**, Anuario del IEHS/Tandil [Argentina], No. 2 [1987], 255-282).

ZARTH, Paulo Afonso. **Introdução de novas raças de gado no sul do Brasil (1870-1950)**. História: Debates e Tendências – v. 16, n. 1, jan./jun. 2016, p. 72-91

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul Agrário do século XIX**. Ijuí: Editora. UNIJUÍ, 2002.

## Fontes manuscritas

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS):

Ações Possessórias. Alegrete, Quaraí e Rosário do Sul.

Autos Cíveis de Nunciação de Obra Nova. Alegrete, Quaraí e Rosário do Sul

Inventários *post-mortem*. Cartório de Órfãos e Ausentes, Provedoria e Cartório Cível e Crime. Alegrete, Quaraí e Rosário do Sul.

Processos de Despejo. Alegrete, Quaraí e Rosário do Sul.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Mappa numerico das estancias existentes nos differentes municipios da Província, de que até agora se tem conhecimento official, com declaração dos animaes que possuem, e criação por anno, e do numero de pessoas empregadas em seu costeio. Maço 532.

## Fontes impressas

Relatórios dos Presidentes de Província do Rio Grande do Sul (1829-1889). Brazilian Government Documents. Disponível em: <http://dds-next.crl.edu/titles/182#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-125%2C-315%2C2488%2C2341>. Acesso: 30 de maio de 2024.

De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul- Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1986.

## Periódicos

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

*A Democracia*

*A Federação*

*Cruzeiro do Sul: folha politica, commercial e noticiosa*

*O Constitucional*

*Almanak Laemmert*

Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul

*A Estância*

## ANEXOS

### Imagem 1

Cercas de *fachina* ou estacas (Mendoza/Argentina - 1886)



*(Antiguo cerco de troncos. Año 1886. Foto: AGN).*

Fonte: Antiguo cercos de troncos, Año 1886. **La historia del alambrado en Argentina**. Museo Roca - Instituto de Investigaciones Históricas. Disponível em: <https://museoroca.cultura.gob.ar/noticia/la-historia-del-alambrado-en-argentina/>. Acesso em 04/08/2024

## Imagem 2

Cerca de Pedra – município de Uruguaiana (Rio Grande do Sul - 2013)



Fonte: SCHNEIDER, Rodrigo de Oliveira. **Cercas de Pedra: cultura material e práticas de espaço**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p. 41. Foto do autor

### Imagem 3

Cerca de arame - Estância Renascença Santana do Livramento (Rio Grande do Sul -2016



Fonte: SORDI, Caetano. **Fences in the borderland: technique, landscape and the architectures of domestication in the Brazilian-Uruguayan Pampa.** VIBRANT (FLORIANÓPOLIS), v. 16, p. 1-20, 2019. p. 10. Foto do autor.

#### Imagem 4

Cerca de arame (detalhe) – Estância Renascença Santana do Livramento  
(Rio Grande do Sul - 2016)<sup>106</sup>



Fonte: SORDI, Caetano. **Fences in the borderland: technique, landscape and the architectures of domestication in the Brazilian-Uruguayan Pampa**. VIBRANT (FLORIANÓPOLIS), v. 16, p. 1-20, 2019. p. 11. Foto do autor

Recebido em 18 de julho de 2024  
Aprovado em 03 de outubro de 2024

---

<sup>106</sup> O autor destaca, ao fundo, restos de uma cerca de pedra.